

Parágrafo Único - A AAF nº IN002019 só tem valor legal mediante a apresentação conjunta com a presente Deliberação (Deliberação CE-CA nº 6.733).

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2024

MAURÍCIO COUTO CÉSAR JUNIOR
Presidente

Id: 2593343

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO DIRETOR

ATO DO PRESIDENTE

RESOLUÇÃO INEA Nº 303 DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS DO QUADRO DE SERVIDORES DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA), no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o art. 2º, parágrafo único, inciso I, do Decreto Estadual nº 48.690, de 14 de setembro de 2023, na forma que orienta o Parecer RD nº 02/2009, da Procuradoria do Inea, e conforme deliberação do Conselho Diretor do Inea, em reunião realizada no dia 29 de agosto de 2024, processo administrativo SEI-070002/004898/2024,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA CONCESSÃO DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

Art. 1º - Observar-se-á o disposto nesta Resolução, para a concessão, aos servidores ativos e inativos do quadro permanente do INEA, do Adicional de Qualificação (AQ), instituído pela Lei Estadual nº 6.101, de 06 de dezembro de 2011.

§ 1º - O Adicional de Qualificação será devido ao servidor a partir do primeiro dia do mês subsequente à formalização do requerimento, mediante apresentação da documentação exigida na presente Resolução, em especial o diploma ou certificado de conclusão de curso de Graduação, Pós-Graduação Lato Sensu (especialização, inclusive MBA, com duração mínima de 360 horas) ou Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado ou Doutorado), de acordo com o nível de escolaridade exigida para o cargo.

§ 2º - A percepção do Adicional de Qualificação ocorrerá somente após a validação de que trata o capítulo II desta resolução.

§ 3º - A percepção do Adicional de Qualificação pelos servidores inativos ocorrerá na forma do § 2º do art. 1º do Decreto Estadual nº 42.720/2010.

§ 4º - A percepção do Adicional de Qualificação não será cumulativa em nenhuma hipótese, prevalecendo sempre o referente à maior titulação acadêmica apresentada pelo servidor.

CAPÍTULO II
DA VALIDAÇÃO DOS TÍTULOS

Art. 2º - Só serão considerados para fins de Adicional de Qualificação os cursos e as instituições de ensino reconhecidos pelo Ministério da Educação, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único - Os certificados ou diplomas conferidos por instituições não-universitárias deverão ser registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação, conforme exigido pelo art. 48, "caput", da Lei Federal nº 9.394/1996.

Art. 3º - Só serão considerados para fins de Adicional de Qualificação os títulos de Graduação, Pós-Graduação Lato Sensu (especialização, inclusive MBA) ou Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado ou Doutorado) em áreas de conhecimento afins às atribuições previstas nos cargos das carreiras de que trata a Lei Estadual nº 6.101, de 06 de dezembro de 2011.

§1º - O título de Graduação só será considerado para efeito de concessão de Adicional de Qualificação quando tiver como beneficiários ocupantes de cargos de nível médio.

§2º - Os títulos de Pós-Graduação Lato Sensu (especialização, inclusive MBA) ou Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado ou Doutorado) serão considerados para efeito de concessão de Adicional de Qualificação, independentemente do nível dos cargos de carreira.

Art. 4º - Para fins previstos no artigo anterior serão válidos os títulos que estiverem relacionados dentro das áreas de conhecimento, conforme dispostos no Anexo III desta Resolução.

Parágrafo Único - Outras áreas de conhecimento afins às atribuições dos cargos do Quadro Especial Complementar, não contempladas no Anexo III, poderão ser aceitas à critério da Comissão de Adicional de Qualificação.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO

Art. 5º - O servidor deve autuar seu requerimento ao Presidente do INEA, em processo próprio, encaminhando o pedido à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COOGEP) do INEA, conforme modelo constante no Anexo I, coma entrega dos documentos listados no Anexo II desta Resolução.

§ 1º - O Título de conclusão do curso poderá ser substituído por certidão emitida pela instituição de ensino responsável pelo curso, constando que o candidato cumpriu todos os requisitos para a Graduação, Pós-Graduação lato sensu ou stricto sensu.

Art. 6º - A COOGEP encaminhará o processo após a verificação de validade de que trata o art. 2º desta Resolução à Comissão de Adicional de Qualificação.

§1º - A Comissão de Adicional de Qualificação, após deliberação, encaminhará o processo à COOGEP, que dará seguimento aos trâmites legais e procedimentais.

§2º - Cabe ao Presidente do Inea a decisão sobre a concessão do adicional;

§3º - Para fins de publicidade, as atas das reuniões da Comissão e as decisões do Presidente do Inea quanto às autorizações para o recebimento desse adicional serão disponibilizadas no site do Inea (www.inea.rj.gov.br), Boletim de Serviço pela Gerência de Publicações e Acervo Técnico (GEPAT).

CAPÍTULO IV
DA COMISSÃO DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

Art. 7º - Fica instituída a Comissão de Adicional de Qualificação, de caráter permanente, no âmbito deste Instituto.

§ 1º - A Comissão será composta por 3 (três) servidores e seus respectivos suplentes, designados pelo Presidente do INEA, pertencentes às seguintes unidades administrativas:
I - Presidência - Coordenador;
II - Diretoria Executiva e de Planejamento
III - Procuradoria.

§ 2º - Os membros da Comissão desempenharão suas atribuições sem prejuízo de suas funções, não percebendo para tanto, emolumentos adicionais.

Art. 8º - Cabe à Comissão de Adicional de Qualificação:
I - examinar os requerimentos de concessão do adicional de acordo com o disposto na presente Resolução;
II - emitir parecer fundamentado e conclusivo sobre os requerimentos de que trata o inciso anterior.

§ 1º - Para o adequado cumprimento de suas atribuições, a Comissão se reunirá sempre que convocada pelo seu Coordenador.

§ 2º - A Comissão poderá solicitar novos documentos e informações ao interessado, bem como pareceres da área de exercício do requerente, sempre que entender necessário.

Art. 9º - Os casos omissos serão deliberados pelo Presidente do INEA, após ouvir a Comissão de Adicional de Qualificação.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução INEA nº 29, de 29/12/2010, publicada em 13/01/2011.

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2024

RENATO JORDÃO BUSSIERE
Presidente do Conselho Diretor

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO
ILUSTRÍSSIMO SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
Servidor:

Cargo:

Matrícula:

Unidade/Setor:

Vem requerer ao Ilmo. Sr. que seja concedido o ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO, de acordo com o estabelecido na Lei Estadual nº 5.757/2010 e na Resolução Inea nº xxxx.
() GRADUAÇÃO
em:

() PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU
em:

() MESTRADO
em:
() DOUTORADO
em:

_____, de _____ de _____.

Assinatura do Servidor

ANEXO II
DOCUMENTOS QUE DEVEM SER APRESENTADOS NO ATO DE SOLICITAÇÃO DO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO
- Requerimento do Adicional de Qualificação preenchido e assinado pelo servidor (Anexo I).
- Cópia do diploma ou certificado do curso de Graduação, Pós-Graduação lato sensu (especialização, inclusive MBA, com duração mínima de 360h) ou Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado ou Doutorado).
ANEXO III
CARGOS DO INEA E ÁREAS DE CONHECIMENTO AFINS
Áreas de conhecimento
Administração
Antropologia
Arquitetura e Urbanismo
Biotecnologia
Ciência da Computação
Ciência da Informação
Ciência e Tecnologia de Alimentos
Ciência Política
Ciências Agrárias
Ciências Biológicas
Comunicação
Demografia
Direito
Economia
Educação
Engenharias
Farmácia
Física
Geociências
Geografia
História
Letras
Matemática
Medicina Veterinária
Meio Ambiente
Planejamento Urbano e Regional
Probabilidade e Estatística
Psicologia
Química
Saúde Coletiva
Serviço Social
Sociologia
Zootecnia e Recursos Pesqueiros
Obs: Estas áreas de conhecimento são detalhadas pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento.

Id: 2593327

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

ATO DA DIRETORA

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 91 DE 04 DE SETEMBRO DE 2024

ALTERA COMISSÃO PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 24/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA ADJUNTA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019; e

CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de

junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congênere celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor (a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-E-07/002.1171/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os membros da Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA Nº 24/2019, firmado com a empresa COHIDRO - CONSULTORIA ESTUDOS E PROJETOS LTDA, cujo objeto consiste no "ESTUDO DE ALTERNATIVAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA CONTROLE DE INUNDAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS- RJ".

Art. 2º - Designar a servidora Mahyra Garcia Dourado e Scalzo, Assessor III, ID Funcional Nº 1713597-4, em substituição à servidora Taise Grazielle da Silva Batista, Assessor I, ID Funcional Nº 5127487-6, como Fiscal do Contrato e o servidor Rafael Pimentel Ribeiro, Assessor Técnico, ID Funcional Nº 4432321-2, em substituição à servidora Elisa Batista Fernandes, Assessor III, ID Funcional Nº 5139451-0, como Suplente da Comissão de Fiscalização do Contrato.

Art. 3º - Permanecem na Comissão de Fiscalização do Contrato INEA Nº 24/2019, os servidores Fabio Oliveira da Silva, Gerente, ID Funcional Nº 5122349-0, como Gestor do Contrato e a servidora Rosane Nogueira Marques, Chefe de Serviço, ID Funcional Nº 4431560-0, como Fiscal e Suplente do Gestor do Contrato.

Art. 4º - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a contar da data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2024

RAUL MARQUES FANZERES
Diretor de Recuperação Ambiental

Id: 2593351

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

ATO DA DIRETORA

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 92 DE 04 DE SETEMBRO DE 2024

ALTERA COMISSÃO PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 40/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA ADJUNTA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019; e

CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congênere celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor (a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-070002/002541/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os membros da Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA nº 40/2022, firmado com a empresa SANER ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA , cujo objeto consiste na "ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE MACRODRENAGEM PARA A ÁREA URBANA DE RIO BONITO - RJ".

Art. 2º - Designar a servidora Rosane Nogueira Marques, Chefe de Serviço, ID Funcional Nº 4431560-0, em substituição a servidora Taise Grazielle da Silva Batista, Assessor I, ID Funcional Nº 5127487-6 como Gestora do Contrato; o servidor Fabio Oliveira da Silva, Gerente, ID Funcional Nº 5122349-0, em substituição a servidora Rosane Nogueira Marques, Chefe de Serviço, ID Funcional Nº 4431560-0, como Suplente do Gestor do Contrato; a servidora Mahyra Garcia Dourado e Scalzo, Assessor III, ID Funcional Nº 1713597-4, em substituição a servidora Rosane Nogueira Marques, Chefe de Serviço, ID Funcional Nº 4431560-0, como Fiscal do Contrato; o servidor Rafael Pimentel Ribeiro, Assessor Técnico, ID Funcional Nº 4432321-2, em substituição a servidora Elisa Batista Fernandes, Assessor III, ID Funcional Nº 5139451-0, como Suplente da Comissão de Fiscalização do Contrato.

Art. 3º - Permanece na Comissão de Fiscalização do Contrato INEA Nº 40/2022, o servidor Fabio Oliveira da Silva, Gerente, ID Funcional Nº 5122349-0, como Fiscal do Contrato.

Art. 4º - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a contar da data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2024

RAUL MARQUES FANZERES
Diretor de Recuperação Ambiental

Id: 2593357

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

ATO DA DIRETORA

PORTARIA INEA/DIRRAM Nº 93 DE 30 DE AGOSTO DE 2024

ALTERA COMISSÃO PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 35/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA ADJUNTA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 23, inciso II do Decreto n. 46.619 de 02 de abril de 2019;

CONSIDERANDO:

- o Art. 6º do Decreto nº 45.600 de 2016, que determina a publicação da Comissão de Fiscalização no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro;

- o expresso no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;

- o contido no art. 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representante da Administração Pública, especialmente designado;

- o disposto no art. 1º na Resolução INEA Nº 137, de 01 de março de 2016, o qual estabelece que cada contrato e instrumento congêneres celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do (a) Diretor (a) da área requisitante; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-070002/005517/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os membros da Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato INEA Nº 35/2022, firmado com o CONSÓRCIO APOIO TÉCNICO DIRRAM cujo objeto consiste no "APOIO TÉCNICO AOS PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS DA DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - DIRRAM/INEA".

Art. 2º - Designar a servidora Mahyra Garcia Dourado e Scalzo, Assessor III, ID Funcional Nº 1713597-4, em substituição à servidora Taise Grazielle da Silva Batista, Assessor I, ID Funcional Nº 5127487-6, como Suplente da Comissão de Fiscalização do Contrato

Art. 3º - Permanecem na Comissão de Fiscalização do Contrato INEA Nº 35/2022, o servidor Rafael Pimentel Ribeiro, Assessor Técnico, ID Funcional Nº 4432321-2, como Gestor do Contrato, os servidores Andre Luiz Moreira Conceição, Gerente, ID Funcional 5086036-4 e Fabio Oliveira da Silva, Gerente, ID Funcional 5122349-0, como Fiscais do Contrato e a servidora Vanessa Guerra Peixoto dos Santos, Gerente, ID Funcional 4461241-9, como Suplente do Gestor do Contrato,

Art. 4º - O gestor do contrato, os fiscais e suplentes deverão observar o cumprimento do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor a contar da data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2024

RAUL MARQUES FANZERES
Diretor de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Id: 2593364

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA
PESCA E ABASTACIMENTO
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PESAGRO Nº 216 DE 11 DE SETEMBRO DE 2024

DESIGNA GESTOR DE BENS MOVEIS PESQUISA AGROPECUARIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PESAGRO-RIO.

O PRESIDENTE DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 11, inciso II, do Decreto Estadual nº 46.223 de 24 de janeiro de 2018 e tendo em vista o que consta nos processos nºs SEI-020003/000437/2021 e SEI 020003/000667/2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para sem prejuízo de suas atribuições, como Gestora dos Bens Móveis, a funcionária, Erika Bornéo Ribeiro Abraham Cavalcanti - Chefe da Divisão de Material e Patrimônio - ID 514549-63;

Art. 2º - Fica designado como substituo em suas faltas e impedimentos eventuais e legais, o funcionário Marcelo de Araújo Barreto - ID Funcional 2017102-1, Assistente Administrativo.

Art. 3º - - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13 de maio de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 08 de 02/ 06/2021 e a Portaria nº 62, de 01/08/22.

Niterói, 11 de setembro de 2024

PAULO RENATO MARQUES
Presidente

Id: 2593322

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTACIMENTO
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

**RETIFICAÇÃO
D.O. DE 29.08.2024
PÁGINA 24 - 1ª COLUNA**

**DESPACHO DE ORDENADOR DE DESPESAS
DE 28/08/2024**

PROCESSO Nº SEI-020003/00054/2023.

Onde se lê: R\$ 16.574,33 (dezesseis mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos).
Leia-se: R\$ 16.574,53 (dezesseis mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

Id: 2593428

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

**DESPACHO DA SECRETÁRIA
DE 10/09/2024**

PROCESSO Nº SEI-180005/000826/2024 - AUTORIZO, com base na delegação de competência conferida pelo Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e nas informações constantes do processo administrativo SEI-180005/000826/2024, o afastamento do país, sem ônus, do servidor RONALDO TADEU MARTINS DA SILVA, ID Funcional 4144725-5, BAILARINO, integrante do CORPO ARTÍSTICO - BALLET da Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, no período de 04 a 08 de setembro de 2024.

Id: 2593255

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

**DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 09/09/2024**

PROCESSO Nº SEI-180002/002500/2023 - Tendo em vista o que consta na Ata Final da Comissão de Pregão Eletrônico, referente ao Pregão FUNARJ nº 002/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sonorização, iluminação e praticáveis SOB DEMANDA, para os Projetos Fim de Tarde in Concert, Giro Cultural, Palco TGG , Mais Encontros e Editais da FUNARJ, **HOMOLOGO** o presente certame à empresa LEDPRO EVENTOS EIRELI EPP, CNPJ de nº 37.018.865/0001-95, Lote 1 - R\$ 289.999,50 (duzentos e oitenta e no mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) Lote 2 - R\$ 278.999,70 (duzentos e setenta e oito reais ,novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos) e Lote 3 - R\$ 330.649,20 (trezentos e trinta mil , seiscentos e quarenta e nove reais e vinte centavos).

Id: 2593173

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FUNARJ Nº 1.394 DE 06 DE SETEMBRO DE 2024

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCAL DO CONTRATO CELEBRADO PELA FUNARJ/RJ.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ/RJ, no uso de suas atribuições legais; Decreto de 02/02/2023, publicado no D.O. de 03/02/2023, página 04, e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração, nos arts. 67, 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e no art. 239 da Lei Estadual nº 287 de 04/12/1979.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores, HERCULES HENRIQUE NERE DE SOUZA, ID. Funcional nº 5140520-2; ROSALVO DA SILVA BARTELO, ID. Funcional nº 5146255-9 e YURI RAPOSO DE ARAUJO, ID. Funcional nº 5138726-0, como fiscais e suplentes, respectivamente, para atuarem na fiscalização da contratação da empresa NA GLORIA ARQUITETURA CENIGRAFIA E PRODUÇÕES LTDA., no processo nº SEI-180002/000736/2024, para elaboração de Projeto Design Interiores, especialista em cenografia ambientalização, com especificações de mobiliários, descrição de objetos e iluminação cênica, para o Teatro Glaucio Gill.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2024

JACKSON DE OLIVEIRA EMERICK
Presidente

Id: 2593029

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FUNARJ Nº 1.395 DE 09 DE SETEMBRO DE 2024

ALTERA, EM PARTE, A PORTARIA Nº 1.236, DE 16 DE NOVEMBRO 2023, QUE TRATA DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 180021/146/2023.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ/RJ, no uso de suas atribuições legais; Decreto de 02/02/2023, publicado no D.O. de 03/02/2023, às fls 04,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar em parte a Portaria nº 1.236, de 16 de novembro de 2023, substituir RICARDO LUIS ROSA PEREIRA, ID. Funcional nº 2712851-2, por YURI RAPOSO DE ARAÚJO, ID. Funcional nº 5138736-0 como fiscais e suplentes, respectivamente, para atuarem na fiscalização do contrato FUNARJ/RJ nº 180021/146/2023, no processo nº SEI-180002/001098/2023 com a empresa SINTRA CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TECNOLOGIA, que tem por objeto a execução de obra pública e reforma do Tetaro Arthur Azevedo - TAA, da FUNARJ.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2024

JACKSON DE OLIVEIRA EMERICK
Presidente

Id: 2593129

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

**APOSTILA DO PRESIDENTE
DE 05/09/2024**

APOSTILA AO CONTRATO Nº 180021/056/2023, assinado em 11/07/2023 e publicado em 21/07/2023 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, celebrado entre FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ, de um lado, e, de outro, UNISERVICE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI, tendo em vista o contido no Processo nº SEI-180002/000332/2023, o valor repactuado do contrato será de R\$ 320.426,99 (trezentos e vinte mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos).

Id: 2593051

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATO DO PRESIDENTE
DE 09/09/2024**

***DESIGNA** a servidora **ÚRSULA VIEIRA DE RESENDE**, ID Funcional 51542447, em substituição à ex-servidora Lucila Fritz Majella, ID Funcional: 51487489, como Encarregada Setorial pelo Tratamento de Dados Pessoais, bem como responsável pela Elaboração e Implementação do Projeto de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no âmbito da FMIS/RJ, conforme o Processo SEI-180003/000223/2024.

*Replicado por incorreções no original publicado no D.O. de 11/09/2024.

Id: 2593421

Serviço de Atendimento ao Cliente da

**Imprensa Oficial do
Estado do Rio de Janeiro**
0800 - 284 4675



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 12 de Setembro de 2024 às 03:12:00 -0300.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO**

ATO DO SUBSECRETÁRIO

**PORTARIA SEDSODH/SUBGOGE Nº 142
DE 10 SETEMBRO DE 2024**

ALTERA A COMISSÃO E DESIGNA SEUS MEMBROS NA FORMA QUE MENCIONA.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições constitucionais e legais que lhe foram atribuídas, tendo em vista o constante do Processo Administrativo SEI- 310003/004345/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação, destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, mediante termo de colaboração ou termo de fomento dos projetos/programas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSODH.

Art. 2º - Designar os servidores para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, bem como a respectiva presidência da mesma, referente ao Termo de Colaboração, Fomento e/ou Convênio abaixo mencionado, no âmbito desta Secretaria, conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

Presidente

Simone da Cunha Tourinho Barros
Membro SEDSODH/SUPIDOSO - ID 615630-4

Demais Membros:

Paulo Cesar de Oliveira
Gestor de Convênio SEDSODH/SUBPREDEQ - ID 5099575-8

Giselle de Mello Amora
Membro SEDSODH/SUBPREDDQ - ID 5024145-1

Thaylane Cavalcanti do Nascimento
Membro SEDSODH/SUBPREDDQ - ID 5126767-5

André Yves Sthessy Olouguizo Touré
Membro SEDSODH/SUBPREDDQ - ID 5097867-5

Cláudia Pamplona da Silva
Membro SEDSODH/SUBPREDDQ - ID 5153656-0

José Ricardo Ferigato
Membro SEDSODH/SUBPREDDQ - ID 5122536-0

Cleyton Oliveira da Conceição
Membro SEDSODH/SUBPREDDQ - ID 5149795-6

Fabricia do Nascimento Silva de Oliveira
Membro SEDSODH/SUBPREDDQ - ID 5141535-6

Marcelle Santos Araújo
Membro SEDSODH/SUBPREDDQ - ID 5126591-5

Priscila de Oliveira Coutinho
Membro SEDSODH/SUBPREDDQ - ID 5139132-5

Art. 3º - Deverá se declarar impedido o membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação que tenha mantido relação jurídica, nos últimos 5 (cinco) anos, com a organização da sociedade civil celebrante ou executante do termo de colaboração ou termo de fomento.

Parágrafo Único - São consideradas relações jurídicas dentre outras, as seguintes hipóteses:

I - atuação no monitoramento e na avaliação que configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813/2013;

II - participação da Comissão de Seleção da parceria;

III - participação como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil celebrante ou executante de termo de colaboração ou termo de fomento com o órgão ao qual está vinculado;

IV - prestação de serviços à organização da sociedade civil celebrante ou executante de termo de colaboração ou termo de fomento com o órgão ao qual está vinculado;

V - recebimento de bens e serviços de organização da sociedade civil celebrante ou executante de termo de colaboração ou termo de fomento com o órgão ao qual está vinculado; ou

VI - doação para organização da sociedade civil celebrante ou executante de termo de colaboração ou termo de fomento com o órgão ao qual está vinculado.

Art. 4º - As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador para apoiar a boa e regular gestão das parcerias, devendo o termo de colaboração ou termo de fomento prever procedimentos de monitoramento e avaliação da execução de seu objeto a serem realizados pelo órgão ou entidade pública, incluindo, entre outros mecanismos, visitas in loco e, quando necessário, pesquisa de satisfação.

§1º - As ações de que trata o caput contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes da plataforma eletrônica, incluída a possibilidade de consulta à movimentação da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

§2º - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

Art. 5º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Art. 6º - São obrigações da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - adotar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil, podendo utilizar-se de mecanismos como visitas in loco, apoio técnico de terceiros ou parcerias em órgãos e entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos;

II - realizar pesquisas de satisfação junto ao público, principalmente quando tratar-se de parcerias com prazo superior há um ano;